

Nº 52

4.5.5.

BAC 4

boletim anti-colonial

Reg.

UNIVERSIDADE DE LISBOA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
25 DE ABRIL 1973

Janeiro 1973

EDITORIAL

O PAIGC domina grande parte do território da Guiné, cercado o exército colonial que vive abrigado pelo arame farpado dos aquartelamentos. Amílcar Cabral convidado a discursar perante a Assembleia Geral da ONU. Eleições gerais no mês de Dezembro para a formação de uma Assembleia do povo guineense. Anúncio para breve da declaração de independência e da constituição de um Governo local.

Na Guiné, os acontecimentos precipitavam-se.

A estratégia do General Spínola, a sua política "do sorriso e do sangue", estava em vias de falhar redondamente.

Ao princípio, ele tinha apostado numa rápida solução militar: praticou sistematicamente as chacinas e os bombardeamentos, levou a agressão ao ponto de organizar a invasão da República de Guiné, com vista a liquidar Sékou Touré e Amílcar Cabral.

Mas a linha dura fracassou. A determinação do povo guineense, a implantação política e militar do PAIGC, estavam em vias de obter a vitória. Era indispensável mudar de estratégia. Spínola torna-se bruscamente bondoso e paternal: aparece no mato, manda os helicópteros transportar os doentes para o hospital, organiza demagogicamente os "Congressos do Povo" (que só exploram as rivalidades tribais), estabelece conversações secretas com o inimigo.

Também esta segunda via se revelou ineficaz. O cerco apertava-se cada vez mais, tanto localmente como no plano internacional. Era urgente encontrar uma solução. Mas qual? Renunciar ao domínio da Guiné? Isso seria uma cedência talvez fatal, significaria o desmoronar do Império, poderia constituir um predente contagioso para Angola e Moçambique. Dar autonomia às "províncias ultramarinas" no contexto de

uma federação de Estados? Mas então como manter o domínio económico e político da minoria branca?

A situação tornava-se desesperada. Impunha-se uma medida hábil e rápida. Havia uma hipótese: tentar desmembrar o PAIGC com vista dois resultados. Em primeiro lugar, levá-lo a renunciar à pretensão de libertar Cabo Verde - o arquipélago tem uma posição estratégica fundamental, de que nem os portugueses nem a NATO podem prescindir (ainda por cima, o Aeroporto do Sal é uma escala indispensável para as carreiras aéreas da África do Sul, impedidas de sobrevoar o espaço aéreo dos países africanos livres). Em segundo lugar, talvez fosse possível aliciar alguns negros guineenses para formarem na Guiné um Governo local controlado por Lisboa - assim estariam salvas as aparências, estariam conciliadas a pseudo-autodeterminação e a continuidade da "política ultramarina".

É nesta conjuntura política que se dá o assassinato de Amílcar Cabral, em Conakry, no dia 20 de Janeiro.

As repercussões deste crime serão certamente enormes, muitas delas imprevisíveis. Mas de uma coisa podemos estar seguros: tudo o que se passa na Guiné e em Cabo Verde não se pode explicar pelo papel de um homem só, por mais notável que fosse a sua personalidade e a sua estatura de revolucionário. O que se passa é o levantamento de um povo em luta pela libertação. E o PAIGC continuará na vanguarda dessa luta, superando as inevitáveis dificuldades do momento.

Amílcar Cabral morreu. Como Eduardo Mondlane, como Che Guevara, como Carlos Marighela. Por todo o mundo os revolucionários são assassinados. Mas ainda ninguém conseguiu matar a revolução.

DOCUMENTO

OS ACONTECIMENTOS DO RATO

Análise política de uma etapa na luta anti-colonial (*)

O ano de 1973 começou mal para o colonialismo português. A intensificação da luta anti-colonial é um dado novo na situação interna do país. Além do assassinato de Amílcar Cabral, os chamados "acontecimentos da Capela do Rato" desempenharam um papel importante no avanço dessa luta, pelo que devem ser analisados politicamente. Partindo do princípio de que os factos ocorridos já são do domínio público (o próprio Governo se encarregou de os divulgar à sua maneira...), limitamo-nos a um comentário sobre a acção realizada e as suas repercussões.

GREVE DA FOME NA CAPELA DO RATO

- 1) Antes de mais é de salientar que a iniciativa do grupo de cristãos foi lançada num momento particularmente oportuno: internamente o Governo luta com crescentes dificuldades, até porque a guerra se torna cada vez mais impopular; internacionalmente entrou-se numa nova fase de atenção às guerras coloniais em África, tanto mais que o conflito do Vietnam deixou de estar, com o cessar-fogo, no centro das atenções mundiais.
- 2) A acção do Rato foi original, entre nós, e encontrou formas corajosas e eficazes de luta - a ocupação da Capela, a greve da fome, etc. Constituiu um bom aproveitamento da cobertura proporcionada pela Igreja, mas não parece ter sido uma acção sectária (também os não cristãos eram convidados a participar). Foi uma acção situada dentro de uma certa "legalidade", mas de uma legalidade conquistada - ali o direito de reunião foi tomado de assalto e efectivamente exercido.
- 3) Embora aquela manifestação tivesse um carácter "pacífico" (como se vê pelas formas de luta utilizadas, incluindo a resistência passiva à polícia), não cremos que ela tivesse um conteúdo "pacifista". Pela análise do texto da segunda moção, vê-se que os cristãos consideram justa a luta travada pelos povos das colónias, o que não é certamente uma tese pacifista.
- 4) A iniciativa dos cristãos teve o grande mérito de ser aberta às massas, ultrapassando qualquer forma de isolamento. Além disso, ela teve o apoio exterior de formas avançadas de agitação por parte de trabalhadores revolucionários. Tudo isso permitiu que a acção não se transformasse num colóquio de eruditos, mas estivesse ligada à população e ao serviço desta.
- 5) Quanto às posições tomadas, foi positivo que se tivesse denunciado a cumplicidade da Igreja Católica com a política colonial, pois a Igreja continua a ser, apesar de todas as suas contradições internas, um dos principais suportes ideológicos e sociológicos do regime.
- 6) Tanto quanto se pode avaliar pela moção divulgada, foi politicamente correcto o tratamento dado ao problema colonial. A guerra aparece situada no contexto da luta de classes, mostra-se que os povos africanos e os trabalhadores portugueses são aliados no mesmo combate e refere-se a subordinação do Governo português à estratégia do imperialismo.
- 7) Apesar de todos estes valores, a iniciativa dos cristãos teve alguns aspectos negativos. Poderia ter sido articulada com o trabalho de outros sectores empenhados na luta anti-colonial; poderia ter produzido textos mais elaborados e mais rigorosos sobre a situação de guerra, as suas causas e as suas consequências; etc. No entanto, o saldo é largamente positivo.

(*) Pelo seu interesse, transcrevemos na íntegra este texto divulgado em finais de Janeiro e assinado por Um Grupo de Acção Anti-Colonial.



AS REPERCUSSÕES DOS ACONTECIMENTOS

O primeiro e o maior efeito da acção realizada na Cpela do Rato foi o ter desencadeado um processo de discussão pública e alargada sobre a guerra colonial. Aquilo que era assunto proibido passou bruscamente para o primeiro plano. Isso prova que é indispensável provocar acontecimentos para que os processos políticos avancem - não bastam os papeis e as declarações verbais, são precisos factos.

Além deste efeito de carácter mais geral, o caso do Rato teve ainda outras consequências políticas importantes.

1) Do ponto de vista da Igreja Católica, não só revelou as suas contradições internas, como também obrigou o Patriarca de Lisboa a pronunciar-se em termos não inteiramente favoráveis à guerra. A política da Igreja portuguesa deve ser complexa: por um lado, não pode quebrar a sua aliança com o Governo com quem tem tantas afinidades ideológicas e que tantos privilégios lhe concede (sobretudo subsidiando as missões em África) e reciprocamente o Governo não pode perder esse aliado precioso (bem se viu com que pressa Marcelo Caetano foi visitar o novo Cardeal); por outro lado, o Vaticano tem muitas pressões das Igrejas africanas para que deixe de dar o seu apoio a Portugal. De qualquer maneira é sintomático o número de bispos e padres (sobretudo em Moçambique) que têm causado problemas ao colonialismo português; o muitos deles o têm pago com a prisão ou a expulsão. Isto significa que os cristãos que alinham em posições revolucionárias têm uma intensa luta a travar dentro da Igreja, forçando-a a deixar de abençoar a política do Governo.

2) Quanto aos aspectos de política interna, a acção dos cristãos no Dia da Paz mostrou que era possível e necessário abordar o problema da guerra e lutar internamente contra o colonialismo. Se alguns sectores da oposição, preocupados em não pisar o risco da "legalidade", eram reticentes à abordagem desta questão, não podem agora deixá-la no esquecimento.

As diversas posições vindas a público nesta altura mostraram ainda que há duas maneiras fundamentais de pegar no problema da guerra colonial. Para as correntes políticas reformistas (deputados liberais, tecnocratas que rondam as esferas governamentais, sectores da oposição democrática) o fim da guerra aparece como condição para a "modernização" da sociedade portuguesa. Enquanto houver guerra não é possível a "democratização" das estruturas, nem se consegue financiar o "desenvolvimento" económico do país. Portanto nesta perspectiva a paz está ao serviço do capitalismo, de um capitalismo "moderno", "desenvolvido", "europou". As correntes políticas verdadeiramente anti-capitalistas não podem aceitar esta perspectiva. O termo de conflito não é uma condição para modernizar a sociedade portuguesa, mas será uma vitória dos povos colonizados e dos trabalhadores portugueses e marcará um passo em frente no processo revolucionário. Quer dizer: a correcta posição anti-colonialista tem de ser forçosamente anti-capitalista.

Este problema deve ser objecto de grande vigilância por parte dos militantes que lutam por uma sociedade socialista. Sem repudiarem os esforços feitos pelas restantes correntes da oposição, eles devem sempre fomentar a radicalização do processo político, a fim de que a luta anti-colonial seja inseparável da luta pela conquista do poder por parte das massas trabalhadoras.

3) Os acontecimentos do Rato vieram ainda manifestar as tensões existentes no próprio seio da classe dominante e do Governo a respeito da política colonial. A repressão sobre os responsáveis foi hesitante, a demissão dos funcionários públicos só veio complicar as coisas, e sobretudo os debates da Assembleia Nacional atingiram um grau de conflito e mesmo de cisão até agora nunca visto nas fileiras do regime. O tom geral das posições governamentais era um tom de fraqueza: uma guerra que se discute é uma guerra que se perde.

A própria comunicação de Marcelo Caetano, em 15 de Janeiro, tinha um ar de "branda" e de "sensatez" que desconcertou muita gente. Não nos devemos, porém, iludir a esse respeito. Marcelo Caetano não é menos "extremista" nem está menos "à direita" do que Casal Ribeiro - só que é mais inteligente do que ele. O seu discurso, cheio de habilidade, representa uma nova tentativa: por não perder a jogada colonial, uma jogada cada vez mais difícil de aguentar.

Já não falamos das frases humorísticas ("tenho sido escrupuloso observador do processo democrático!"), nem das mentiras habituais ("Se há assunto sobre o qual eu tenha procurado sempre, desde que estou no Governo, manter informado o país, esse assunto é o Ultramar!"); os movimentos de libertação são "grupos que não têm por si outros títulos senão o de semearem a violência e o de serem instrumento de estrangeiros!", etc, etc.).

Marcelo Caetano fez o possível por iludir o problema da exploração capitalista nas colónias ("Quem vive em África e lá está agarrado, só por excepção é rico"), e falou para a pequena burguesia, nomeadamente o colono branco (o cantineiro do mato, o fazendeiro...). Procurou sobretudo meter medo com o fantasma do Congo belga, porque pode amanhã "suceder em África que milhares de famílias percam os seus lares, e as mulheres a sua honra, e as pessoas as suas vidas...". Esta demagógica exploração dos sentimentos dos colonos brancos, apenas se esquece de dizer que desde já, na situação de guerra, muitas pessoas perdem as suas vidas e muitos milhares de famílias os seus lares, enquanto grandes massas de trabalhadores são explorados - com a diferença que são as populações negras as principais vítimas desta situação.

Segundo Marcelo Caetano, o Governo tem procurado soluções políticas para o "Ultramar". Ele analisou inclusivamente a possibilidade de negociações. Sobre isso afirmou: "Admitamos que nesses acordos Portugal recebia garantias quanto à segurança e aos interesses dos portugueses em África. Quem responderia pela observância dessas garantias?". Aqui estamos perante o único argumento que neste momento parece decisivo para o prosseguimento da guerra colonial. Já não se fala de missão histórica, nem de Angola e Moçambique serem portugueses há 5 séculos! A única razão é que não há garantias quanto à segurança e aos interesses dos portugueses em África. Por outras palavras: os interesses do capitalismo português (e estrangeiro) ainda não estão suficientemente consolidados em África para poderem dispensar a presença do exército metropolitano. Por isso, Marcelo Caetano conluía paternalmente: "Eu, por mim, não aconselharei a renúncia".

CONCLUSÃO : REDOBRAR A LUTA

Todos estes factos vieram provar que a luta anti-colonial no nosso país ainda está nos seus primeiros passos. O impacto dos acontecimentos não pode levar a esquecer que quase tudo está por fazer. Há 12 anos que os povos das colónias portuguesas pegaram em armas para lutarem contra a opressão colonial. Também o povo português tem que redobrar o seu esforço de luta contra o inimigo comum.

Sobretudo as forças armadas, principais instrumentos e também vítimas da política agressiva do Governo, terão um papel decisivo no combate a travar. Apesar do número impressionante de desertores e refractários, as lutas no interior do exército, da marinha e da força aérea ainda não encontraram formas colectivas de resistência à guerra colonial. Os trabalhadores portugueses não podem continuar a matar os trabalhadores africanos.

NOTÍCIAS

REACÇÕES À MORTE DE AMILCAR CABRAL

O assassinato do Secretário-Geral do PAIGC provocou entre os anti-colonialistas portugueses uma onda de protesto e um recrudescer da luta em todos os sectores. Nesse sentido, podem-se registar algumas tomadas de posição mais significativas.

Um grupo de democratas da CDE do distrito de Lisboa enviou ao PAIGC este telegrama: "Certos interpretar sentimentos forças democráticas e populares dis-

trito Lisboa expressamos nossa indignação perante vil assassinio Amílcar Cabral valoroso chefe nunca confundiu povo português com governo fascista e colonialista serviço imperialismo oprimindo nossos povos stop neste momento luto expressamos povos Guiné e Cabo Verde inteira solidariedade e firme determinação democratas Lisboa redobrar esforços até vitória final testemunhando mesmo tempo profunda admiração vossa justa e heroica luta independência nacional". A divulgação do texto do telegrama era acompanhada por um convite a todas as forças e grupos que combatem

o fascismo e o colonialismo a enviarem telegramas de solidariedade ou simplesmente de apoio a esta mensagem.

Pouco depois, o próprio Movimento CDE produziu um manifesto intitulado "A verdade sobre o assassinio de Amílcar Cabral":

"A morte de Amílcar Cabral, cobardemente assassinado na noite do passado dia 20 de Janeiro, constitui um crime de extrema gravidade que provocou uma reacção geral de indignação e repulsa. Todos os que lutam pela liberdade dos povos sabem que esta morte é um facto que nos atinge. O nosso sentimento de revolta leva-nos inevitavelmente a realizar um esforço para compreender este facto e para encontrar nele novas razões para uma luta consequente.

Quem era então Amílcar Cabral? Para a propaganda do governo português ele era um bandoleiro e um terrorista, um criminoso a soldo de potências estrangeiras. Só agora, após a sua morte, os jornais nos falam dele como o aluno brilhante, o engenheiro competente, o hábil diplomata, o dirigente africano prestigiado em todo o mundo e até o poeta e cultor da língua portuguesa. O governo viu-se assim obrigado a reconhecer a dignidade daqueles que lutam contra o colonialismo português em África. Para nós, Amílcar Cabral foi um grande revolucionário. Fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, ele combateu com estes povos pela conquista de um direito fundamental: o direito à independência. É um combate cuja vitória final se aproxima, uma luta travada em todas as frentes. A luta armada começa na Guiné em Janeiro de 1963, mas a acção política do PAIGC já tinha começado 5 anos antes. O recurso à luta armada tornou-se inevitável quando se constatou que o governo português rejeitava qualquer ideia de negociação com vista à declaração de independência. Mesmo então, a guerrilha passa a estar subordinada à política de preparação e organização do povo para assumir os seus destinos. Entretanto nas zonas libertadas que em pouco tempo atingem 2/3 do território é intenso o trabalho de promoção cultural, de desenvolvimento comunitário e de organização política (...).

Entretanto, perguntamos: quem matou Humberto Delgado em 1965? - O inquérito feito pela polícia espanhola, embora não tenha tido seguimento por concluído entre os governos português e espanhol, mostrou claramente que foram agentes da PIDE.

Quem assassinou Eduardo Mondlane em Fevereiro de 1969? - O inquérito feito pela polícia de Tanzânia provou que as pilhas utilizadas na bomba que o vitimou foram compradas em Lourenço Marques.

Quem levou a cabo o ataque a Conakry em Novembro de 1970, de que um dos alvos foi a sede do PAIGC? - A comissão de inquérito da ONU concluiu que tanto as tropas invasoras como os navios que as transportavam eram portuguesas sob comando de oficiais portugueses.

Finalmente, em Janeiro de 1973, não foi para a Guiné-Bissau que tentaram fugir os traidores que assassinaram Amílcar Cabral? (...)"

Também a Direcção da Organização Regional do Sul do Partido Comunista Português distribuiu em Janeiro um panfleto - "Amílcar Cabral foi assassinado mas o PAIGC vencerá!", que terminava assim:

"O dia 4 de Fevereiro, data do início da luta armada em Angola e transformado em dia de solidariedade aos povos das colónias portuguesas, é este ano assinalado pelo acontecimento trágico do assassinato do Secretário Geral do PAIGC - Amílcar Cabral. A indignação e o pesar sentidos pelos povos do mundo inteiro, ante tão grande perda para os Movimentos de Libertação das Colónias portuguesas, serão transformados numa grande manifestação de solidariedade aos povos das colónias portuguesas e de protesto pelo assassinato de Amílcar Cabral, que sendo um crime da responsabilidade do colonialismo português, acarreta para o nosso povo a obrigação de se colocar na vanguarda desta jornada de solidariedade aos povos das colónias.

Povo do Sul!

Intensifiquemos a solidariedade para com os povos irmãos das colónias, responsabilizando o governo de Marcelo Caetano por mais este crime! Exigindo que cessem os massacres na Guiné, Angola e Moçambique! Reclamando o regresso dos soldados e a Paz negociada! Enviando mensagens de condolências aos familiares de Amílcar Cabral e ao PAIGC.

Mulheres do Sul!

Impedi que os vossos filhos, maridos e noivos vão matar e morrer numa guerra injusta! Exigi o fim da guerra colonial!

Jovens soldados!

Exigi o fim da guerra colonial! Recusai-vos a partir para as colónias!

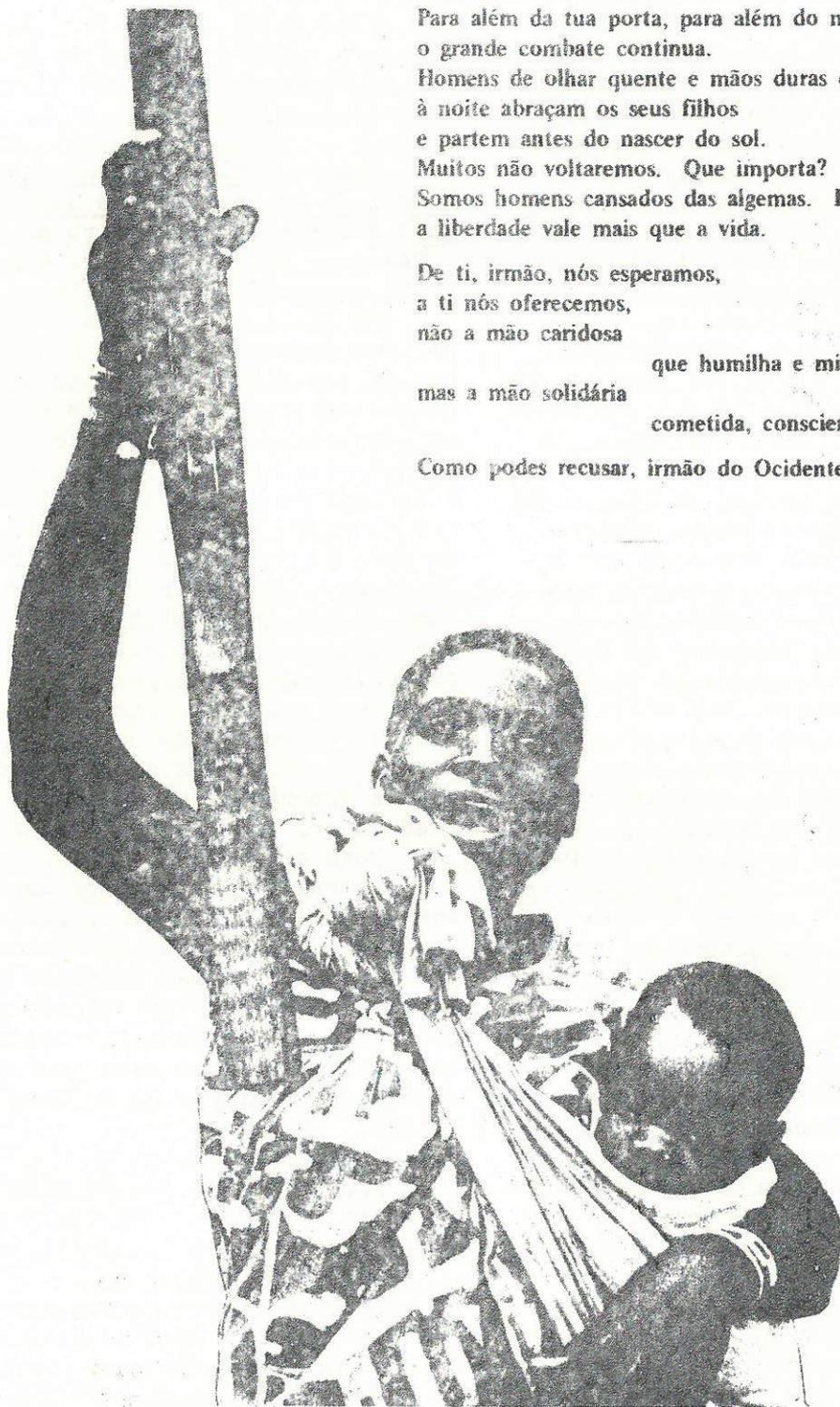
Jovens trabalhadores e estudantes!

Protestai contra a guerra colonial, através de inscrições nos locais de trabalho

Irmão do Ocidente –
(como explicar-te que és nosso irmão?)
o mundo não acaba à porta da tua casa
nem no rio que limita o teu país
nem no mar
em cuja vastidão às vezes pensas
teres descoberto o sentido do infinito.
Para além da tua porta, para além do mar
o grande combate continua.
Homens de olhar quente e mãos duras como a terra
à noite abraçam os seus filhos
e partem antes do nascer do sol.
Muitos não voltaremos. Que importa?
Somos homens cansados das algemas. Para nós
a liberdade vale mais que a vida.

De ti, irmão, nós esperamos,
a ti nós oferecemos,
não a mão caridosa
que humilha e mistifica,
mas a mão solidária
cometida, consciente.

Como podes recusar, irmão do Ocidente?



e de estudo, nos transportes e nos muros, exigindo: fim à guerra colonial! Regresso dos soldados! Negociações com os Movimentos de libertação!".

Por seu lado, o Comité Directivo da RESISTÊNCIA POPULAR ANTI-COLONIAL dirigiu uma mensagem "aos soldados e marinheiros, a todos os revolucionários na tropa colonial-fascista" em que, depois de analisar os factos, acrescentava:

"Nós, soldados e marinheiros, alistados à força na tropa colonial-fascista, vemos juntar a torrente da nossa indignação anti-colonial ao grande oceano de oposição anti-colonialista popular. Honremos a memória deste grande patriota guineense que desaparece sob os golpes do inimigo odiado. Intensifiquemos a solidariedade militante entre o povo português e os povos de Angola, Moçambique e Guiné. Denunciemos os assassinos de Amílcar Cabral. Guerra nos quartéis à guerra colonial-fascista!".

Igualmente a Federação dos Estudantes marxistas-leninistas difundiu um comunicado que salientava:

"A principal resposta a este assassinato será dada pelo povo da Guiné, mas também o povo português contribuirá para a vingança de Amílcar Cabral intensificando a sua luta!".

Depois de citar Mao Tse Tung - "a mais rica fonte de capacidade de travar guerras reside na massa dos povos" - a F.E.M.-L. dava a seguinte palavra de ordem aos estudantes:

"Cerrem fileiras em torno da sua vanguarda anti-colonial, os CIACs, para a vingança internacionalista de Amílcar Cabral, participando activamente e de todas as formas possíveis na denúncia de mais este crime e na intensificação da jornada anti-colonial".

Efectivamente, os estudantes dos Comités de Luta Anti-colonial organizaram a 9 de Fevereiro uma manifestação de rua, na Praça do Chile em Lisboa, onde se juntaram centenas de anti-colonialistas, apoiados pela população. A polícia carregou violentamente sobre esta manifestação, tendo provocado bastantes feridos e algumas detenções.

Muitas outras mensagens de apoio e solidariedade foram enviadas ao PAIGC por parte de grupos políticos portugueses no exílio, e uma delegação portuguesa participou no Simpósio de homenagem a Amílcar Cabral realizado em Conakry por altura do seu funeral.

A ACÇÃO ANTI-COLONIAL DO RATO

Textos das moções, aprovadas nos dias 30 e 31 de Dezembro na Capela do Rato.

1ª moção:

"Um grupo de cristãos e não-cristãos em reflexão sobre os problemas da guerra em África e alguns deles em greve da fome por solidariedade com as vítimas dessa guerra, protestam veementemente contra o silêncio dos bispos portugueses, denunciam esse silêncio como claro apoio e cumplicidade na política de exploração colonial praticada pelo governo fascista português".

2ª moção:

"Considerando:

1. Que a guerra que o Governo português move contra os povos de Angola, Moçambique e Guiné é profundamente injusta;

2. Que o fim desta guerra é manter os povos africanos numa situação de escravidão, continuando a sua exploração;

3. Que esta guerra se integra na lógica e no contexto do imperialismo;

4. Que o povo português é também vítima deste processo de exploração e opressão, pois é o mesmo governo que promove as guerras coloniais, que explora, oprime e reprime os trabalhadores portugueses;

5. Que a luta dos povos das colónias é uma luta justa, pois eles procuram através desta luta realizar a sua libertação e emancipação efectivas;

Os cristãos e não cristãos reunidos em assembleia:

1ª - Repudiam vigorosamente a política do governo português de perseguir uma guerra criminosa com a qual tenta aniquilar os movimentos de libertação das colónias portuguesas, utilizando a prática de terror e de genocídio sistemático das populações locais, e na qual morrem, ficam feridos e incapacitados milhares de jovens.

2ª - Denunciam igualmente o silêncio e a atitude de cumplicidade da hierarquia da Igreja Católica portuguesa face a esta guerra e aos problemas que ela põe ao povo português.

3ª - Denunciam toda a repressão de que têm sido vítimas muitos trabalhadores e jovens portugueses por se manifestarem contra esta guerra criminosa, assim como o esmagamento dos movimentos e organizações democráticas.

4ª - Manifestam a sua solidariedade com os povos das colónias em luta pela sua libertação, contra a exploração a que têm estado sujeitos durante séculos.

5ª - Solidarizam-se com todos os portugueses que têm lutado e lutam consequentemente pela instauração duma sociedade justa.



6º - Apela veementemente para todas as pessoas que têm consciência ou sentem essa situação para se unirem num esforço consequente de luta contra a exploração e opressão exercida sobre o povo trabalhador".

Moção de solidariedade

Assinada por muitas centenas de pessoas, foi mais tarde divulgada esta declaração:

"Os signatários solidarizam-se com os cristãos que, na Capela do Rato, se manifestaram pela paz no mundo e repudiaram a guerra que o Governo português conduz em África".

Excertos do manifesto dos Trabalhadores Revolucionários distribuído à população na tarde de 31 de Dezembro:

"A guerra tem levado este país, já antes miserável, ao maior descalabro. A guerra destina-se a defender a riqueza que uns quantos têm em África à custa do sacrifício do povo português, de tal modo que os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres.

O dinheiro público que, embora exíguo, devia ser utilizado a favor dos trabalhadores, é desviado para a guerra, de tal modo que, mesmo as fingidas reformas do governo, principalmente o ensino e a saúde, deram no maior falhanço. A revolta dos estudantes e a má assistência que por todo o país é ou não é prestada às populações é uma boa demonstração disso.

O Governo português fala das riquezas do "Ultramar" como se alguma vez elas aproveitassem à população portuguesa e que esta estivesse em risco de as perder se a guerra terminasse (...). Estas riquezas aproveitam sim a umas quantas famílias que lá se instalaram, explorando o trabalho da população negra, que aí vive desde sempre, tal como cá exploram o trabalho dos operários e camponeses (...). O trabalho de todos eles aproveita a uns quantos, donos deste país e das colónias.

São esses, e o Governo que os representa, que a todo o custo não querem perder aquelas riquezas. E para isso deslocam para África um exército inteiro, não deixando escapar nenhum jovem de vinte anos sem o atirar para a guerra. Os ricos e o Governo dos ricos arrastam para África um exército de pobres para defender terras que não lhe pertencem e para matar negros tão explorados como eles que, ao fim de séculos, se organizaram para conquistar o que é seu. Avalanches de jovens vão para a guerra donde muitos não

voltam, donde outros voltam aleijados e muitos com a cabeça de tal modo perdida que nunca mais são o que foram. Enganamos-nos dizendo que os "terroristas" são o inimigo. Os "terroristas" e as suas famílias estão na terra deles e querem-na para si; são os soldados portugueses que vão para lá fazer a guerra, deixando a sua família e o seu país. Matam-se e odeiam-se por engano brancos e pretos e assistem a tudo isto, cinicamente, os que aproveitam.

Muitos dos que não querem fazer a guerra, milhares de camponeses, muitos estudantes e operários, vêem-se obrigados a fugir, emigrando para a França e outros países, a maior parte fugindo a duas coisas - à guerra e à miséria. Assim se vê o país despovoado (...).

Acabemos com a guerra. O fim da guerra pode ser o fim do Governo português, que desse modo perde o seu grande apoio, que são as colónias. Organizamo-nos para acabar com a guerra (...)"

Manifesto da CDE

Assinado por "Democratas do Movimento CDE de Lisboa" foi difundido em 6 de Janeiro um manifesto onde se pode ler:

"A acção das pessoas presentes na Capela do Rato foi corajosa e legítima, pois a guerra colonial é um dos problemas que mais afligem o povo português. Ela é uma guerra criminosa, onde morrem, ficam feridos e incapacitados milhares de jovens portugueses.

O fim da guerra é manter a exploração sobre os povos das colónias, tal como sobre o povo português que há longos anos é explorado e oprimido.

As lutas dos povos das colónias e do povo português são lutas justas contra a opressão.

Mais uma vez a repressão cai sobre aqueles que se manifestam contra a guerra, assim como sempre cai sobre qualquer manifestação contra a política do governo.

No entanto, enquanto os hospitais militares estão cheios de mutilados e estropiados de guerra e ao mesmo tempo que o napalm continua a queimar homens, mulheres e crianças em África, o Governo lança os seus meios de comunicação e propaganda (...) numa campanha tendente a explorar os sentimentos da população no que respeita às crianças infelizmente atingidas pelos petardos (destinados a espalhar panfletos) que rebentaram no dia 31 de Dezembro (...)

Porque não nos mostra a televisão os estropiados de guerra, as viúvas e os órfãos? (...)."